

da ordem do capital nos anos 1990 e na década em curso. Pode ser interessante pensar também como é importante para certos setores intelectuais, neste momento do governo Lula, absolutizarem a dimensão formal da democracia representativa e o caminho da moderação nas reivindicações populares – mesmo as reivindicações de reformas limitadas são perigosas e o único caminho é a paciência dos baixos para que, através das urnas, do parlamento e das leis, se desperte a possibilidade de concessões leves e graduais dos de cima.

Não deixa de ser triste observar como, neste seu vôo revisionista, acabam por somar-se ao coro dos que, desde 1964 querem absolver os golpistas para condenar o ataque pelo golpe. Assim, nesta versão, o golpe não se deu

para controlar os trabalhadores e garantir o projeto empresarial, mas foi decorrência de uma intransigência mútua, senão de uma maior responsabilidade “das esquerdas”.

No fundo, é a matriz mesma de explicação da história que se coloca em questão. Não apenas se quer apagar, ou estigmatizar como inexistente (por descompromisso com uma democracia modelar, de resto distante da realidade política do Brasil na época) a resistência contra o golpe militar e a ditadura por parte das organizações da classe trabalhadora e de outros setores sociais. Pretende-se mesmo afastar de vez o fantasma das classes e da luta de classes como centro da explicação da trajetória dos homens no tempo. Mas, o espectro não se cansa de rondar.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALMEIDA, Lúcio Elvírio Rodrigues de. Insistente desencanto: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64. In MAZZEO, Antonio Carlos e LAGO, Maria Izabel (orgs.). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.
- ARAUJO, Maria Celina D., SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso. *Viés do golpe: A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- BASTOS, Paulo Mello. *Sócio conduto*. Um vôo na história. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- BENSAID, Daniel. *Marx, o inter-pastivo*. Grandeza e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BOURDIEU, Pierre e FERREIRA, Marcia de Moraes e AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- DREIFUSS, René A. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In FERREIRA, Jorge e DELAGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. V. 3.
- FERREIRA, Jorge. Sexta-feira 13 na Central do Brasil. *Nossa História*. Nº 5. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, março de 2004.
- FIGUEIREDO, Angelina C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à*
- crise política: 1961-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- FIGUEIREDO, Betânia G. (org.). *Brasilzinho: o combatente dos trilhôs*. Rio de Janeiro: CMF/AMORJ, 1994.
- FORTES, Alexandre (e outros). *Na luta por direitos*. Campinas: EdUnicamp, 1999.
- GASPARI, Elío. *A ditadura emvergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro: 1955-1988*. Rio de Janeiro: Vício de Lettura, 1998.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Lettura, 2002.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.
- REIS FILHO, Daniel Araújo. *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Pauto. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois* (1964-2004). São Paulo: EdUSC, 2004.
- RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Pauto. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois* (1964-2004). São Paulo: EdUSC, 2004.
- RODRIGUES, Leônico Martins. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968*. São Paulo: Hucitec/Pref. Municipal de Santos, 1995.
- SOARES, Gláucio Ary. O golpe de 64. In SOARES, Gláucio Ary & ARAÚJO, Maria Celina D' (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- TOLEDO, Cato Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*. No. 19. Rio de Janeiro, 2004.
- VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo, Globo, 2004.
- WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil - a conjuntura do pós-guerra. *Estados Cebrap*, n. 4. São Paulo, abr./jun, 1973.
- WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.

A história do golpe de 1964 possui vários aspectos que são abordados sob os mais variados pontos de vista. A questão da relação entre acumulação capitalista e golpe de 64 já recebeu alguns estudos mas sob perspectivas que deixam de lado o essencial, isto é, o processo de luta de classes a nível nacional e internacional. É desta perspectiva que analisaremos esse fenômeno no presente artigo. Para isto, discutiremos o desenvolvimento capitalista e os regimes de acumulação que estão na sua base e as lutas de classes nacionais e internacionais. Assim feito, apresentaremos nossa hipótese de que foram as lutas dos trabalhadores, no contexto de crise internacional de um regime de acumulação e busca de aumento da taxa de exploração, que promoveram o golpe de estado de 1964.

Acumulação Capitalista e Golpe de 1964

Nildo Viana

Para compreender a relação entre acumulação capitalista e golpe de 64, é necessário entender a dinâmica do capitalismo mundial do pós-Segunda Guerra Mundial e a inserção do Brasil nesse contexto. A periodização do capitalismo proposta por Benakouche [1980], fundada nos regimes de acumulação, é uma contribuição fundamental para tal.

Esse autor considera que as fases do capitalismo são marcadas por diferentes regimes de acumulação: "A mudança de formas é uma das características do modo de produção capitalista. De fato, os modos e as formas da acumulação do capital e, portanto, os modos de extração da mais-valia e as formas que assumem as

Nildo Viana é Professor da Universidade Estadual de Goiás; Doutor em Sociologia/UnB.
E-mail: nildoviana@terra.com.br

relações sociais (inclusive as relações salariais) mudam em função de evolução do capitalismo. E, se os modos e formas de acumulação de capital mudam com o tempo, seus elementos de articulação, tais como os modos de extração da mais-valia, as formas das relações sociais, as formas da estrutura de produção ou a hierarquização do sistema produtivo nacional, os modos e as formas de organização do processo de trabalho, o nível e o tipo de desenvolvimento das forças produtivas, as formas do Estado, a estrutura social ou os modos e as formas da luta de classes, os tipos e as formas de dominação nas relações econômicas internacionais [...] evoluem ou mudam em função do grau atingido pelo desenvolvimento do capitalismo." [Benakouche, 1980, p. 24].

A periodização de Benakouche funda-se nos regimes de acumulação, que são produtos da internacionalização dos ciclos do capital. Concordamos com a idéia de que o capitalismo atravessa várias fases que caracterizam diferentes regimes de acumulação. No entanto, não consideramos esse processo como sendo caracterizado por uma evolução linear e sim sob uma dupla articulação entre o que podemos denominar de desenvolvimento espontâneo do capitalismo, por um lado, e a luta operária, por outro. No primeiro caso, temos o movimento do capital, isto é, a ação do capital expressando o predomínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo; no segundo, temos o movimento operário, isto é, a ação do trabalho vivo contra o trabalho morto. A concepção fetichista da ciência econômica enxerga apenas o primeiro movimento, isto é, o trabalho morto, o desenvolvimento espontâneo do capital, deixado ao seu bel-prazer. Na verdade, isto pode ser expresso como uma luta de classes, embora nessa luta haja o predomínio do capital, o que reforça a concepção fetichista que não ultrapassa a aparência do fenômeno.

Assim, o desenvolvimento capitalista é marcado pela ação do capital e pela luta operária com a primazia do primeiro, na maior parte do tempo, mas sempre sob a resistência proletária e as irrupções revolucionárias que abalam tal desenvolvimento. Assim, existe uma tendência do desenvolvimento capitalista, que é espontânea,

desde que se pense na ação do capital, sem a irrupção do movimento operário para além de suas lutas cotidianas. Essas teses são importantes para compreendermos que as mudanças de regime de acumulação não são apenas produto da concentração e centralização do capital, mas também resultado da luta operária.

A passagem de um regime de acumulação para outro é produto das lutas de classes, não sendo portanto resultado de mera ação do capital. Essa passagem dá-se na percepção das mutações do capitalismo, enquanto estratégias do capital, para manter sua reprodução, e da ação proletária, no sentido de impedir a voracidade exploradora deste último, num primeiro momento, e buscar sua abolição, em um segundo.

A partir destas considerações gerais, podemos iniciar uma análise do desenvolvimento capitalista. A conceituação dos regimes de acumulação torna-se necessária. Para nós, um regime de acumulação caracteriza-se por uma determinada forma de organização do processo de trabalho – uma determinada estratégia do capital para extrair mais-valor e uma configuração estatal dada – que define, por um lado, a ação do Estado e sua forma de organização e, por outro, uma determinada articulação das relações internacionais, ou seja, um determinado modo de exploração capitalista mundial.

Partindo desta definição inicial, podemos seguir a periodização de Samir Amin (1977) e Rabah Benakouche, para expor as fases do capitalismo. A fase de surgimento do capitalismo é marcada pela acumulação primitiva de capital, que fornece as bases da acumulação capitalista propriamente dita. Com o processo histórico, surge a fase de consolidação e expansão do mesmo, que vai da revolução industrial até a metade do século 19, formando o regime de acumulação extensivo, fundado na extração de mais-valor absoluto como elemento central da acumulação capitalista.

Este regime de acumulação é marcado por uma alta taxa de exploração e entra em crise com a ascensão das lutas operárias que provocam a diminuição da jornada de trabalho e culminam com a Comuna de Paris, em 1871. A reação do capital assume a forma de reorganização do processo de trabalho, com a implanta-

ção do taylorismo, que se caracteriza por utilizar um processo de racionalização da organização do trabalho objetivando o aumento da extração de mais-valor relativo. Esse período é abalado com as tentativas de revolução, no início do século 20 (Rússia, em 1905 e 1917; Alemanha, no final da década de 10 e início da década de 20; na Hungria, em 1919; na Itália, em 1920, etc.) e culmina com as Guerras Mundiais, em 1914-18 e 1939-45.

A fase seguinte do capitalismo é constituída após a Segunda Guerra Mundial, com a hegemonia norte-americana e com o fordismo, que utiliza a tecnologia para aumentar a extração de mais-valor relativo, combinado com o aumento da exploração mundial, através da expansão transnacional. Esse novo regime de acumulação, intensivo-extensivo começa a entrar em crise nos anos 1960, tentando se reproduzir mas acaba sendo substituído pelo atual regime de acumulação, o integral.

O regime de acumulação integral funda-se na reestruturação produtiva, no neoliberalismo e no neomperialismo, e busca aumentar a explora-

ção tanto a nível nacional quanto internacional, intensificando simultaneamente a extração de mais-valor absoluto e mais-valor relativo.

Esses regimes de acumulação se caracterizam não apenas por determinadas formas de organização do processo de trabalho, mas também por formas estatais e de relações internacionais. Por exemplo, o Estado liberal foi a forma estatal do regime de acumulação extensivo; o regime de acumulação intensivo teve como forma estatal o Estado liberal-democrático; o regime de acumulação intensivo-extensivo possuiu como forma estatal o Estado integracionista ("bem estar social", "intervencionista"); o regime de acumulação integral, por sua vez, adota o Estado neoliberal.

As mutações dos regimes de acumulação também determinam mudanças culturais, sociais, entre outras. Devido aos objetivos do presente trabalho, deixaremos de lado as determinações de cada regime de acumulação, para focalizar apenas o que tem importância crucial para nossa análise do golpe de 64, ou seja, o regime de acumulação intensivo-extensivo.

A crise do Regime de Acumulação Intensivo-Extensivo

Sem dúvida, a expansão tecnológica foi extremamente elevada, mas isto foi proporcionado pela expansão da produção de bens de consumo – que aumenta o mercado consumidor de bens de produção. Caso o investimento não tivesse sido prioritariamente desviado para a produção de bens de consumo, a composição orgânica do capital seria mais elevada e a taxa de lucro teria caído ainda mais rapidamente.

A expansão da produção de bens de consumo produz a necessidade de ampliação do mercado consumidor, o que provoca a integração de camadas cada vez mais amplas do proletariado ao círculo do consumo, gerando que alguns denominaram "sociedade de consumo".

O Estado integracionista visa amortecer os conflitos de classes, com sua política de bem estar social e cooptação da burocracia sindical, e desviar os investimentos para setores de consumo e serviços. Entretanto, isso não é suficiente para a reprodução do capitalismo nos países imperialistas e por isso a intensificação da

regime de acumulação intensivo-extensivo marca uma nova etapa da exploração internacional. No início do século vinte, o resultado das lutas operárias nos países imperialistas determinou um recuo da classe capitalista no processo de exploração interna, compensada pelo aumento da exploração externa.

O fordismo expressou uma tentativa de aumento de extração de mais-valor relativo através do uso da tecnologia objetivando aumentar a produtividade. No entanto, o uso da tecnologia avançada também significa custos mais altos, o que faz com que os ganhos não fossem tão elevados. Além disso, devido ao aumento da composição orgânica do capital (uso crescente de tecnologia e forças produtivas); uso decrescente de força de trabalho, geração de mais-valor) e a consequente tendência declinante da taxa de lucro, se lançou mão da estratégia de desviar a acumulação de capital para a produção de bens de consumo, em detrimento de meios de produção.

exploração internacional torna-se fundamental. O processo de descolonização foi acompanhado pela expansão transnacional como ponto forte da exploração mundial.

Neste contexto histórico, temos no capitalismo subordinado uma forma de acumulação capitalista diferenciada. Esse é o caso do Brasil, que possuía uma acumulação capitalista subordinada. Nos países imperialistas, além da exploração internacional, temos o predomínio do capitalismo nacional. No capitalismo subordinado, temos a chamada "tríplice aliança", isto é, a associação entre capital estatal, capital nacional e capital transnacional [Gorender, 1988].

A diferença entre a acumulação capitalista dos países imperialistas e a dos países subordinados encontra-se na transferência de mais-valias e diminui o processo de acumulação em nacional são aliados subordinados do capitalismo imperialista e, portanto, do capitalismo transnacional. Assim, a acumulação capitalista subordinada é mais lenta do que a acumulação dos países imperialistas, pois, no primeiro caso, temos uma parte da acumulação transferida para o exterior e, no segundo, um incremento da acumulação de capital, devido à transferência para o interior.

Essa situação faz do regime de acumulação nos países capitalistas subordinados um elemento propulsor da acumulação imperialista e ao mesmo tempo faz com que ele seja deficitário e mais lento do que nos países imperialistas. Após a Segunda Guerra Mundial, a implantação do regime de acumulação intensivo-extensivo nos países imperialistas se fez com alterações nos países subordinados. No Brasil, mais especificamente, ocorreu um processo de reconversão capitalista, denominado por alguns autores como "modelo de substituição de importações", marcada pela expansão industrial e por uma forma subordinada de integração, ou seja, o populismo. Desde Vargas, o populismo brasileiro realizou uma certa concessão ao movimento operário, tal como expresso pela CLT, além de outras ações e elementos ideológicos, culturais, entre outros.

O desenvolvimentismo foi o complemento do populismo e o Governo Juscelino Kubitschek

[1956 - 1961] cumpriu o papel de incentivador do capital transnacional e da expansão industrial. Esse processo marcou a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho sob a forma do desenvolvimento subordinado, mantendo o seu papel na engrenagem do capitalismo mundial. O denominado "modelo de substituição de importações" foi a expressão da consubstanciada reconversão capitalista, reproduzindo a subordinação mundial dos países de capitalismo retardatário, subordinação essa caracterizada pela modernização e reprodução da exploração internacional.

"As medidas adotadas em 1955 pelo governo de Juscelino Kubitschek redundaram de fato na anulação das limitações que se impunham à penetração do capital estrangeiro no Brasil. Com base nos decretos governamentais e na Instrução nº 113, a Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC - concedeu às companhias estrangeiras o direito de levarem ao Brasil equipamento obsoleto.

O governo brasileiro assumia o compromisso de considerar novo esse equipamento, tomá-lo na qualidade de investimento direto em divisas, como valor declarado pela empresa investidora estrangeira, que dava direito a quaisquer vantagens: à isenção do imposto alfândegário para a entrada no país, dos impostos federais e locais durante vários anos, a uma taxa especial e vantajosa para a troca do cruzeiro por dólar para efeitos de remessa de lucro para o exterior e assim por diante." [Michlin, 1973, p.75].

A reconversão capitalista expressa a modernização subordinada. Nesta última, se reproduz a relação de exploração internacional através de irradiação de mudanças dos países imperialistas para os países subordinados, em forma retardatária e reproduzindo a subordinação. Um exemplo clássico é o da Índia, que produzia e vendia algodão para a Inglaterra, comprando tecidos da mesma. Posteriormente, a Índia passou a produzir e vender tecidos e comprar máquinas para realizar esta produção e assim sucessivamente. [Emanuel; 1981; Dowbor, 1987; Viana, 2000]

O populismo expressava uma forma subordinada de integração da classe operária. No

entanto, no caso brasileiro, a integração da classe operária e de outros setores sociais sempre foi débil, pois, nesse caso, o processo de extração de mais-valor era mais intenso, devido à transferência de mais-valor para o exterior. Além disso, as relações de produção não-capitalistas ainda existentes tinham que se inserir na nova dinâmica do país no interior do capitalismo mundial. Assim sendo, desencadeou-se o acirramento das lutas de classes, que gerou o golpe de 1964, caracterizado, por um lado, pela ascensão das lutas sociais e, por outro, pela crise do regime de acumulação intensivo-extensivo.

Embora atinja todo o bloco imperialista, a crise do regime de acumulação intensivo-extensivo ocorre exemplarmente na grande potência imperialista mundial, ou seja, nos Estados Unidos. Entre 1950 e 1957, a balança comercial norte-americana apresentou um déficit de dezesseis

bilhões de dólares, agravando-se essa situação a partir de 1958. [Granou, 1974] A partir dos anos 1960, inicia-se a tendência mundial de aumento dos preços e da inflação [Benakouche, 1981].

Certamente que esse processo é apenas a antecâmara do que virá a partir da segunda metade da década de 60 e na década de 70. [Mandel, 1990; Benakouche, 1981; Granou, 1974] No entanto, essa crise marca a necessidade do aumento da exploração internacional, que começa a ser gerado nesse momento e se intensifica com a formação da Comissão Trilateral, culminando com a implantação do regime de acumulação integral, a partir dos anos 80 [Viana, 2003].

O processo inicial de crise dos Estados Unidos e em todo o mundo capitalista, teve grande importância no desenvolvimento da sociedade brasileira, sendo determinação fundamental do golpe de 1964, como proporemos adiante.

As Lutas Sociais no Brasil e a Acumulação Subordinada

mento grevista cresceu a partir do final dos anos 50 e continuou se fortalecendo no início da década seguinte. "A escalada inflacionária leva a uma escalada das greves. Ano após ano os recortes de horas perdidas são batidos.

Em 1958, destaca-se a paralisação por 7 dias da marinha mercante em todo o país, com a participação de centenas de milhares de marítimos. Malgrado a ilegalidade da greve, JK acabou concedendo à maioria das reivindicações. Nos transportes urbanos, a greve dos carris do Rio de Janeiro, apoiada por fortes e violentas manifestações estudantis, também termina vitoriosamente." [Castro, 1980, p. 69].

Ainda em 1958, o movimento operário arancou 53% de aumento salarial do governo JK, aumento corroído pela inflação que em dez meses chegou a oitenta por cento. "Em 1959 não somente as greves se intensificaram, como a desesperação pela contínua erosão dos salários provocou a multiplicação de manifestações de rua com choques violentos com as forças policiais. Protestos contra a alta dos preços se guiavam-se frequentemente de pilhagens de armazéns. Em vários casos as forças policiais utilizaram armas de fogo ou baionetas para reprimi-

Já no final dos anos 50, as lutas dos trabalhadores no Brasil expressam um questionamento do Estado populista. O desenvolvimento do Governo Kubitschek com a expansão da infraestrutura e a atração de capital estrangeiro marcou um processo de desenvolvimento capitalista fundado no crescimento do capital transnacional e no aumento da exploração da força de trabalho, ao lado de várias outras mutações que significavam um avanço do capitalismo no país.

A expansão capitalista promoveu uma politização das lutas pela terra, pois as relações de produção não-capitalistas eram destruídas devido à valorização das terras, motivada pela construção de rodovias [Martins, 1986; Dowbor, 1987] e valorização do açúcar. Este processo gerou a expulsão dos fareiros e vários movimentos contestadores no campo, tal como as revoltas e ligas camponesas da segunda metade da década de 50 [Martins, 1986]. Também ocorreu uma ascensão das lutas estudantis, que promoveu uma mobilização maior do que a de períodos precedentes [Poerner, 1979].

O movimento operário também atravessou um período de mobilização crescente. O movi-

mir os manifestantes, provocando ferimentos e a morte de dezenas destes". [Castro, 1980, p. 70]

O ano de 1960 foi marcado pela continuidade da luta operária. Em 1959, ocorreram 954 greves e, em 1960, um milhão e meio de trabalhadores aderiram ao movimento grevista, sendo que a greve geral da cidade de Santos foi o momento mais forte dessas lutas. No final de 1960, aumentaram os confrontos entre o governo e os trabalhadores do setor ferroviário, marítimo e portuário.

A ampla mobilização continuou e, em 1962, várias greves foram desencadeadas pelos aeroviários e estivadores, juntamente com greves parciais, o que leva o Governo Goulart [1961-1964] a conceder aumentos salariais. Em outubro de 1962, setecentos mil trabalhadores entram em greve em São Paulo, obtendo aumentos salariais. [Castro, 1980]. Assim, a ascensão das lutas operárias, bem como das lutas estudantis e camponesas, dificultava a concretização dos interesses da classe capitalista: o aumento da taxa de exploração.

Por um lado, o processo de ascensão das lutas sociais atemorizava as forças políticas institucionais conservadoras e, por outro, promovava a intensificação da aproximação dos setores populistas com a população, radicalizando na medida do possível o seu discurso.

A história do salário mínimo dos operários (excluindo outros setores sociais) aponta para uma lógica de aumento da exploração revezada com diminuição da mesma, segundo a força de pressão dos trabalhadores.

"Pode-se perceber claramente três fases no comportamento do salário-mínimo real: a primeira, entre os anos 1944 e 1951, reduz pela metade o poder aquisitivo do salário; a segunda, entre os anos 1952 e 1957, mostra recuperações e declínios alternando-se na medida do poder político dos trabalhadores: é a fase do segundo Governo Vargas, que se prolonga até o primeiro ano do Governo Kubitschek; a terceira, iniciando-se no ano de 1958, é marcada pela deterioração do salário-mínimo real, numa tendência que se agrava pós-anos 64, com apenas um ano de reação, em 1961, que coincide com o início do Governo Goulart". [Oliveira, 1987, p. 51-52]

Assim, temos uma alta taxa de exploração que possui momentos de ascensão e queda. Esta alta taxa de exploração é algo constante na história brasileira, pois a exploração visa sustentar não somente a acumulação interna como também realizar transferência de mais-valia para o exterior.

A ascensão ou queda ocorre no interior de um contexto permanente de alta taxa de exploração. É necessário ressaltar isto para não se cair na ilusão estatística que utiliza a comparação de um dado período com outro sem apresentar o que significa o período que é ponto de partida, isto é, que ele já tem embutido dentro de si uma alta taxa de exploração. No entanto, alguns autores, como Moraes, questionam a segunda fase apontada por Oliveira, colocando que os níveis salariais são mais elevados do que este autor afirma. [Moraes, 1991].

Sendo assim, seja como coloca Moraes, seja como coloca Oliveira, há um revezamento entre altos e baixos salariais dependendo das lutas dos trabalhadores. Isto significa que temos uma taxa de exploração que não cresce linearmente e ainda encontra obstáculos [tal como no caso de 1961, citado por Oliveira].

A partir de 1961, há uma expansão do processo inflacionário e do déficit estatal, começando as dificuldades no processo de acumulação capitalista subordinada no Brasil. Antes de continuar, seria interessante caracterizar essa acumulação subordinada, tendo em vista que alguns autores procuram dar resposta a essa questão. Para eles, o grande problema da acumulação capitalista no Brasil residia no problema da realização, pois o processo de acumulação torna necessário uma "terceira demanda". Essa é a posição de, entre outros, Tavares e de Salama, citado por Moraes. [Tavares, 1973; Moraes, 1991]

A terceira demanda seria constituída pelas camadas médias, consumidoras de bens de consumo duráveis. Essa tese parte de uma compreensão da dinâmica da acumulação capitalista, isolando e tornando um setor de consumo centro da reprodução do capital. Na verdade, houve uma expansão da produção de bens duráveis, que teve como principais consumidores as classes auxiliares da burguesia

("classes médias") que aumentaram quantitativamente. Porém, parte desse processo de acumulação era revertido para os países imperialistas e essa expansão proporcionava o crescimento, ainda que em menor medida, de outros setores.

A tese complementar presente em Tavares é de que o grande problema, ao lado da demanda, foi o financiamento. "A inexistência de um volume adequado de investimentos, capaz de assegurar a manutenção de uma alta taxa de expansão econômica, não se relaciona estritamente com limitações da capacidade produtiva [...] mas sim com problemas relacionados com a estrutura de demanda e com o financiamento". [Tavares, 1973, p. 168]

Para essa tese, o problema da demanda é complementado pelo problema da incapacidade de financiamento. Para Tavares e José Serra, co-autor do capítulo em que a autora aborda a problemática, o problema da demanda é derivado do alto grau de concentração de renda e da escassa capacidade aquisitiva dos "grupos médios". A solução seria mudar a composição da demanda em favor das "camadas médias" e altas, beneficiadas com a redistribuição da renda pessoal. Assim, ocorreria um processo de "compressão, até mesmo absoluta, das remunerações à massa de trabalhadores menos qualificados". [Tavares, 1973, p. 169]

Neste contexto, comprometia-se o financiamento de novos investimentos privados. A relação excedente-salários comprometia esse processo, já que a escalada inflacionária do período anterior proporcionava um amortecimento das "tensões salários-lucros" e uma taxa ilusória de lucros, que proporcionou novos investimentos, mas que acabou perdendo a funcionalidade.

"Com o descontrolo de seus mecanismos de propagação, a inflação se acelerou, perdendo sua funcionalidade; nem as altas taxas de crescimento poderiam diminuí-la. A maior solidiedade dos preços relativos impedia uma transferência intersectorial dos custos, desmistificava os lucros ilusórios, estrangulava financeiramente as empresas.

O acelerado ritmo do aumento dos preços levou à intensificação das pressões trabalhis-

tas, enquanto os salários seguiam de perto os preços, limitando, assim, as possibilidades de redistribuição forçada". [Tavares, 1973, p. 169]

Por sua vez, o investimento estatal estava comprometido pela relação gastos-carga fiscal. Assim, o problema da demanda era reforçado pelo problema do investimento público e privado, gerando as causas da crise do início da década de 60.

Essa tese apresenta vários problemas. A questão da demanda ganha a importância atribuída devido ao fato de Tavares setonalizar e autonomizar os elementos componentes da produção. Nessa abordagem, o setor de produção de bens duráveis é isolado e autonomizado, ao contrário do que ocorre na realidade concreta.

Podemos dizer que, como propõe Tavares, o capital transnacional era o principal, mas não único, produtor de bens duráveis, e que as classes auxiliares da burguesia eram seu principal mercado consumidor. No entanto, o consumo de bens duráveis também era realizado pela classe dominante, inclusive com um poder aquisitivo muito mais elevado, e, em menor grau, por setores das classes exploradas com melhores condições financeiras.

É necessário lembrar que há diferentes tipos de bens duráveis, com preços mais e menos acessíveis. Além disso, para comprovar o problema da demanda, seria necessário demonstrar que houve uma diminuição quantitativa das classes auxiliares ou, então, uma queda de seu nível de renda, o que Tavares não fez. No entanto, a relação salarial aponta para uma distribuição de renda favorável às classes auxiliares em detrimento do proletariado.

"A relação entre os salários médios dos burocratas e o dos operários é de 1,18 em 1949 e 2,23 em 1969, para o total da indústria de transformação. Da mesma maneira, a taxa de crescimento do salário médio dos burocratas supera em mais de duas vezes e meia a dos operários em 1949-58 e em quase quatro vezes no período 1958-69 (o índice do valor absoluto do salário médio dos operários passa de 100 em 1949, a 136 em 1969, enquanto que o dos burocratas passa do índice 105 para 320, no mesmo período)". [Moraes, 1991, p. 36].

Além disso, o processo de burocratização

crescente faz parte da dinâmica do desenvolvimento capitalista, o que determina aumento quantitativo das classes auxiliares da burguesia. Como Tavares não apresentou nenhuma informação sobre a diminuição quantitativa dessas classes, não existe comprovação para o chamado "problema da demanda".

Por sua vez, ao contrário do que diz Tavares, o processo inflacionário não beneficia os trabalhadores, criando taxas ilusórias de lucro. Isso só ocorreria caso se comprovasse que os aumentos dos preços foram inferiores aos aumentos salariais, o que é desmentido pelas informações apresentadas por outros autores. [Oliveira, 1987] Assim, o suposto problema de demanda revela-se uma hipótese não comprovada e que possui muitas informações que a contradizem.

Por conseguinte, o problema do financiamento privado é inexistente, pois as taxas de lucro do período não eram "ilusórias" e sim reais. O financiamento estatal derivado da redução custos-carga fiscal também não recebeu comprovação. E mesmo que os investimentos estivessem diminuído no período posterior ao Governo Kubitschek, seria necessário demonstrar que tal diminuição foi significativa e, ainda, que ela provocaria efeitos poderosos no processo de acumulação.

O problema geral da acumulação capitalista subordinada é a convivência de uma alta taxa de exploração com a transferência de mais-valia. Isso proporciona, por um lado, uma acumulação mundial elevada e, por outro, uma acumulação nacional limitada, já que parte da acumulação é enviada aos países imperialistas. O principal entrave é a dificuldade em aumentar a já intensa taxa de exploração e não problemas de demanda e financiamento, embora eles possam dificultar a reprodução da acumulação em determinados contextos.

Uma outra tese explica a crise do início da década de 60, não como de *realização*, mas a partir das lutas dos trabalhadores. Na época, teria ocorrido um aumento da taxa de exploração que deprimia relativamente o consumo, sobretudo de bens não-duráveis - vestuário, alimentos, calçados, etc. - dos trabalhadores e dos setores mais empobrecidos da população. Esse fenômeno era acompanhado pelo crescimento da

"classe média", consumidora de bens duráveis. [Oliveira, 1987]

A crise teria sido gerada pelo rompimento com o pacto populista e pela luta dos trabalhadores: "A luta que se desencadeia e que passa ao primeiro plano político se dá no coração das relações de produção.

Pensar que, nestas condições, poder-se-iam manter os horizontes do cálculo econômico, as projeções de investimentos e a capacidade do Estado de atuar mediando o conflito e mantendo o clima institucional estável, é voltar ao economicismo: a inversão cai não porque não pudesse realizar-se economicamente mas sim por que não poderia realizar-se institucionalmente." [Oliveira, 1987, p. 63]

Sem dúvida, a luta dos trabalhadores foi fundamental para o desencadear do golpe de 64 e para as dificuldades de reprodução do capitalismo brasileiro no início da década de 60. Porém, essa abordagem esquece a especificidade da acumulação capitalista no Brasil, que reside em seu caráter subordinado.

A luta dos trabalhadores dificultava a intensificação da taxa de exploração e, ao mesmo tempo, atemorizava os setores mais conservadores. No entanto, isso não era suficiente para explicar o golpe de 1964.

A dificuldade na acumulação capitalista brasileira do início da década de sessenta está ligada, por um lado, ao seu caráter subordinado e, por outro, à luta dos trabalhadores.

A acumulação subordinada exige uma super-exploração dos trabalhadores que se intensificaria naturalmente, caso não houvesse resistência. Mas como a resistência existe e, naquele contexto histórico, tornou-se mais forte, o processo de acumulação encontrou dificuldade para prosseguir.

A grande questão é que, naquele período histórico, não apenas a acumulação subordinada no Brasil atravessava dificuldades, pois este processo era mundial, tal como colocamos anteriormente.

Essa crise do regime de acumulação intensivo-extensivo provocava a necessidade de aumento da exploração em escala mundial, o que significava aumentar o processo de exploração sem alterar o regime de acumulação.

Assim, as lutas dos trabalhadores criavam um obstáculo ao processo de intensificação da exploração necessária, por um lado, à acumulação subordinada brasileira e, por outro, à acumulação norte-americana. Assim sendo, os setores conservadores, ou seja, o capital norte-americano e transnacional, a burguesia brasileira e suas classes auxiliares, etc., uniram-se para combater essa resistência. Assim o fazendo, possibilitariam uma intensificação do processo de exploração nacional, como efetivamente ocorreu, nos anos posteriores ao golpe de 1964, e o crescimento da exploração internacional, que gerou, na década de setenta, a Comissão Trilateral.

Destaque-se que a grande preocupação da Comissão Trilateral era o controle internacional, [Asmann, 1979] que procura, por um lado, a solução da crise do regime de acumulação no seu interior e, por outro, ao mesmo tempo, já anunciava elementos que seriam desenvolvidos no regime de acumulação posterior, expressando, assim, um período de transição.

Não foi sem razão a ampla participação dos norte-americanos no desencadear do golpe de 64. Ela era uma necessidade do capitalismo norte-americano em crise, que precisava aumentar a exploração internacional para compensar suas dificuldades de reprodução.

Desta forma, o golpe de 1964 foi produto da ofensiva capitalista realizada pelas potências imperialistas, com destaque aos EUA, com o apoio da burguesia brasileira e de outros setores, que conseguiu produzir um amplo aparato repressivo e desalojar do governo setores populistas e reformistas que tinham dificuldades em atacar diretamente os trabalhadores e aumentar o processo de exploração.

Portanto, o discurso segundo o qual o golpe foi realizado para evitar a formação de uma "república sindicalista", para combater o comunismo, para acabar com a corrupção, não passa de pretexto visando justificar e legitimar um processo intensivo de repressão que procurava possibilitar processo igualmente intensivo de exploração.

Tudo isso para aumentar o processo de acumulação capitalista no Brasil, a fim de sustentar as necessidades da burguesia brasileira e a transferência de mais-valor exigidas pelos países imperialistas, principalmente pelos Estados Unidos. Em síntese, foi a ascensão da luta operária e de outros setores sociais que promoveu a necessidade de transição da democracia burguesa para a ditadura, pois apenas esta última possibilitaria a ampliação da taxa de exploração naquele contexto histórico, o que era necessidade vital do capital no período.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- AMIN, Samir. Uma crise estrutural. In: AMIN, Samir (org.). *A crise do imperialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- ASMAN, H. (org.). *A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- BSAKOVICHE, Rabah. *Acumulação mundial e dependência*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BSAKOVICHE, Rabah. *Inflação e crise na economia mundial*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- CASTRO, Sandra. Apego e crise do populismo: 1954/1964. In: Lowy, M. e outros. *Movimento operário brasileiro: 1900/1979*. Belo Horizonte: Vega, 1980.
- Dowboor, Ladislau. *A formação do Terceiro Mundo*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- EMANUEL, Anghiri. A Troca Desigual. In: AMIN, Samir e outros. *Imperialismo e comércio internacional*. São Paulo: Global, 1981.
- GOEBELER, Jacob. *A burguesia brasileira*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- GRANOU, André. *A crise internacional do capital*. Porto: Escorpião, 1974.
- MANDELL, E. *A crise do capital*. São Paulo: Ensaio, 1990.
- MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MICHELIN, S. S. *Processo de concentração de capital no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- MORAES, Maria. Considerações sobre a Crise de 1964. In: MANTEGA, G. & MORAES, M. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica a razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- PORNER, Arthur. *O poder jovem*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Ensaio sobre a Economia Brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- VIANA, Nildo. Capital, espaço e desigualdade. Boletim Goiano de Geografia/UFG. Vol. 20, nº 1/2, Dez. 2000.
- VIANA, Nildo. *Estado, democracia e cidadania*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.